

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Liane de Oliveira Barboza

**FELICIDADE INTERNA BRUTA – FIB:
uma alternativa para medir o bem-estar da população Rio Grandina**

**Rio Grande
2015**

LIANE DE OLIVEIRA BARBOZA

**FELICIDADE INTERNA BRUTA – FIB:
uma alternativa para medir o bem-estar da população Rio Grandina**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Cassius R. de Oliveira.

**Rio Grande
2015**

Liane de Oliveira Barboza

**FELICIDADE INTERNA BRUTA – FIB:
uma alternativa para medir o bem-estar da população Rio Grandina**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Cassius R. de Oliveira – Orientador – Universidade Federal do Rio Grande

Profa. Audrei Cadaval – Membro – Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Tiarajú de Freitas – Membro – Universidade Federal do Rio Grande

***Dedico esta monografia a minha
família e amigos, em especial aos
meus pais e ao meu marido.***

AGRADECIMENTOS

Desde a decisão de cursar uma segunda faculdade até este momento, um longo período de tempo se passou e várias foram as pessoas que conheci e que colaboraram com meu aprendizado e crescimento pessoal durante esta jornada.

Agradeço primeiro a Deus por cada dia vivido, pela minha saúde, pela minha família e amigos e por todas as oportunidades a mim apresentadas.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, por serem fonte de incentivo e motivação, pela educação a mim dada a partir do exemplo, do acompanhamento e do diálogo.

Agradeço ao meu marido, por me acompanhar, e me incentivar a buscar sempre novos conhecimentos e, principalmente por me motivar a concluir esta importante etapa.

Agradeço a todos meus amigos que, de perto ou de longe, acompanham minha trajetória e torcem pela minha realização.

Agradeço também a todos os professores, os quais eu considero grandes amigos, que ao longo desses anos, foram fonte de conhecimento e de inspiração e que me apoiaram e incentivaram na conquista dos meus sonhos.

Por fim, faço um agradecimento especial a equipe de voluntários da Alcateia do Grupo Escoteiro Silva Paes, que me apoiou incondicionalmente na etapa final de conclusão desta monografia: Akelá (Roseli Talayer), Bagheera (Paula Pires), Baloo (Mauro Lages), Hathi (Carol Pinho), Kotick (Meri Barbosa), Mangue (Marcos Mesquita), Raksha (Mariana Azambuja), e Riki-Tiki-Tavi (Joice Brand).

“A melhor maneira de ser feliz é contribuir para a felicidade dos outros.” (Robert Baden-Powell)

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise dos indicadores sociais e econômicos do município do Rio Grande a fim de avaliar se os atuais indicadores utilizados são suficientes para exprimir o nível de bem estar do município, assim como apresenta o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como alternativa complementar aos indicadores já existentes, com o objetivo de não só medir desenvolvimento, mas também o bem-estar da população. A metodologia deste trabalho envolveu uma pesquisa teórica sobre crescimento e desenvolvimento, sobre os principais indicadores sócio-econômicos utilizados atualmente, assim como uma pesquisa exploratória dos indicadores do município do Rio Grande (População, PIB, PIB *per capita*, IDHM e IDESE) e uma comparação desses principais índices com os índices de outros municípios do estado do Rio Grande do Sul. A conclusão do presente trabalho é que, assim como as críticas já existentes às limitações dos atuais indicadores, para o município do Rio Grande, apenas os indicadores já utilizados não são capazes de exprimir o nível de desenvolvimento do município, numa visão mais ampla, que contemple o bem-estar da população, pois há uma discrepância muito grande entre o PIB e o IDHM, sendo assim, a utilização de um índice alternativo, como o FIB, que compreende um número maior de variáveis e considera a opinião da população, surge como uma alternativa eficiente para a medição do bem-estar, assim como possibilita identificar quais são os fatores que são considerados importantes para tal e possibilita a geração de políticas públicas e privadas para a conquista de tal objetivo.

Palavras-chave: Crescimento, Desenvolvimento, Felicidade Interna Bruta (FIB), Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Sócioeconômico (IDESE).

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População Total	43
TABELA 2: População do município do Rio Grande	46
TABELA 3: PIB do município do Rio Grande de 1999 a 2010	47
TABELA 4: PIB <i>per capita</i> do município do Rio Grande de 1999 a 2010	48
TABELA 5: IDHM do município do Rio Grande	48
TABELA 6: IDESE Rio Grande e classificação no RS.....	49
TABELA 7: IDESE - Bloco Educação	50
TABELA 8: IDESE - Bloco Renda	50
TABELA 9: IDESE - Bloco Saúde	50

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Variáveis que compõe os indicadores PIB, PIB <i>per capita</i> , IDHM e IDESE	27
Figura 2: As nove dimensões do FIB	33
Figura 3: Indicadores que compõe o Índice Bem-Estar Brasil	36
Figura 4: Os municípios com os 10 maiores PIB do estado do Rio Grande do Sul em 2010	51
Figura 5: Os municípios com os 10 maiores PIB <i>per capita</i> do estado do Rio Grande do Sul em 2010	52
Figura 6: Os municípios com os 10 maiores IDHM do estado do Rio Grande do Sul em 2010	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	13
2.1	Principais indicadores socioeconômicos.....	20
2.1.1	Produto Interno Bruto – PIB e PIB <i>per capita</i>	21
2.1.2	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	21
2.1.2.1	<i>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.....</i>	23
2.1.2.2	<i>Indicadores complementares de desenvolvimento humano.</i>	24
2.1.3	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE.....	26
2.1.4	Comparação entre as variáveis que compõe os índices PIB, PIB <i>per capita</i>, IDHM e IDESE	27
2.1.5	Outras alternativas de exprimir a medição de desenvolvimento econômico, humano e social	28
2.1.5.1	<i>Relatório de Desenvolvimento Humano</i>	28
2.1.5.2	<i>Relatório Mundial da Felicidade</i>	29
2.1.5.3	<i>Happy Planet Index.....</i>	30
3	FELICIDADE INTERNA BRUTA – FIB	31
3.1	Origem do FIB	31
3.2	Dimensões abordadas no FIB.....	32
3.3	O FIB no Brasil	35
3.3.1	Índice de Bem-Estar Brasil.....	35
3.4	Críticas ao PIB.....	38
4	VISÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	41
4.1	Crescimento e desenvolvimento do município do Rio Grande	41

4.2 Indicadores socioeconômicos do município	46
4.2.1 População	46
4.2.2 PIB – Produto Interno Bruto e PIB <i>per capita</i>	47
4.2.3 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	48
4.2.4 IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico	49
4.3 Comparativo entre IDH, PIB e PIB <i>per capita</i>	51
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Garantir o desenvolvimento nacional está entre os quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição de 1988, no seu artigo 3º.

A questão que será abordada neste trabalho é relativa ao conceito de desenvolvimento e como medi-lo para que se possa gerar instrumentos de tomada de decisão que sejam bases para as políticas públicas e privadas de uma localidade, seja uma nação, estado ou município com o objetivo da garantia do seu desenvolvimento.

Atualmente tem-se o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB *per capita* como medidas de crescimento econômico e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medida de desenvolvimento, ambos estão entre os indicadores mais difundidos para acompanhamento de uma localidade sob a ótica econômica e social. No Rio Grande do Sul, tem-se ainda o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), que tem como objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul.

Com base nas críticas e limitações dos indicadores atuais, estes citados anteriormente, e com o surgimento de novas ideias a respeito do desenvolvimento econômico, humano e social, principalmente a partir do olhar da ONU para a questão do desenvolvimento das nações, vem surgindo outros indicadores ou alternativas para exprimir o quanto uma nação é de fato desenvolvida.

O Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) surge portando, dentro deste contexto, como uma alternativa de medir o bem-estar social das populações de forma mais ampla e abrangente no que diz respeito aos fatores considerados para a concepção do índice.

Para corroborar com este apanhado teórico e conceitual, utiliza-se o município do Rio Grande como campo para uma pesquisa exploratória a respeito dos indicadores econômicos e sociais conhecidos e medidos atualmente.

O objetivo central desta monografia é, portanto apresentar o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como alternativa para a medição do bem-estar da população rio-grandina, a fim de complementar os indicadores já existentes e,

analisar o desempenho do município de Rio Grande em termos de indicadores econômicos em relação ao grau de desenvolvimento econômico do município.

Para se chegar ao objetivo final, dividiu-se este trabalho em quatro capítulos, além desta introdução, sendo eles: Crescimento e Desenvolvimento, Felicidade Interna Bruta, Visão Socioeconômica do município do Rio Grande e Conclusão.

O capítulo sobre Crescimento e Desenvolvimento traz um apanhado teórico e conceitual sobre o tema e tem como objetivo também apresentar os principais indicadores utilizados atualmente, assim como outras iniciativas que buscam exprimir o tema do desenvolvimento e bem-estar social.

O capítulo sobre Felicidade Interna Bruta apresenta o índice e suas dimensões, sua origem e as iniciativas de aplicação do Brasil.

O capítulo sobre a Visão socioeconômica do município do Rio Grande apresenta um apanhado sobre a história do município e seu desenvolvimento ao longo do tempo até o ano de 2010, visando os aspectos econômicos e sociais.

Por fim, faz-se a conclusão a respeito dos principais aspectos apresentados no trabalho.

2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Há um notável e até mesmo popular aumento na preocupação com o nível de desenvolvimento das nações e não apenas do crescimento. Alguns recentes temas vieram à tona como, por exemplo, o crescimento sustentável, a preocupação com a educação, com o meio-ambiente e com o bem-estar social. Muito se deve ao fato dos desastres que vêm ocorrendo causados, principalmente, pelo crescimento desenfreado e a qualquer custo.

Qual então será o parâmetro correto para se definir se uma nação é ou não desenvolvida, se há de fato desenvolvimento econômico e social? O quanto uma nação é rica, expressa o quanto ela é desenvolvida? E onde se encaixa o bem-estar da sociedade? O quanto às pessoas estão felizes e satisfeitas?

Sempre houve uma preocupação dos economistas em encontrar o que determina o nível de riqueza e de desenvolvimento de uma nação. Desde Adam Smith, em *A riqueza das nações*, diversas teorias a respeito de crescimento e desenvolvimento foram escritas e testadas, porém no que tange ao desenvolvimento, este tema até pouco se confundia e era equiparado a crescimento.

Um exemplo de quão recente é o esforço despendido no tema aqui exposto é a criação da Comissão sobre a medição das performances econômicas e progresso social, criada pelo presidente da França Nicolas Sarkozy, em janeiro de 2008, composta por nomes como Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen, Jean-Paul Fitoussi com o objetivo de reformular a visão da riqueza e do desenvolvimento humano sustentável.

O objetivo central deste capítulo é, portanto, procurar responder através de alguns autores as questões apresentadas no segundo parágrafo a respeito de desenvolvimento e crescimento econômico, apresentar a relevância do tema a partir de referencial teórico e também apresentar os dois principais indicadores sócio-econômicos utilizados atualmente para medir o nível de crescimento e desenvolvimento de um determinado país, estado ou cidade: PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); assim como algumas outras iniciativas que buscam exprimir o tema do desenvolvimento e bem-estar social.

Fonseca conceitua desenvolvimento da seguinte forma:

O desenvolvimento econômico consiste, fundamentalmente, em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infra-estrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica. Evidentemente, o fenômeno do desenvolvimento não se limita ao campo da Economia, mas os elementos econômicos estão no centro desse processo (FONSECA, 2006, p. 4).

Souza ao conceituar desenvolvimento relata:

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. [...] Para os economistas que associam crescimento como desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que dos desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. Associados a essa noção, emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática. A idéia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Contudo, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. [...] A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, as instituições e das estruturas produtivas. Neste sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhora do nível de vida do conjunto da população (SOUZA, 2009, p. 5 e 6).

Na introdução do Brasil em Desenvolvimento – Estudo, Planejamento e Políticas Públicas, uma publicação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), tem-se o seguinte a cerca de desenvolvimento e crescimento:

Quais são hoje, os qualificativos mais pertinentes à idéia de desenvolvimento, tais que destes se possa fazer uso corrente para avançar na construção de entendimento comum do conceito? Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até aproximadamente o começo dos anos 1970, desenvolvimento confundia-se com crescimento econômico, pois era entendido, fundamentalmente, como o processo pelo qual o sistema econômico criava e incorporava progresso técnico e ganhos de produtividade no âmbito, sobretudo, das empresas. Entretanto, com a constatação de que projetos de industrialização, por si só, haviam sido insuficientes para engendrar processos socialmente incluídos, capazes

de eliminar a pobreza e combater as desigualdades, foi buscando-se – teórica e politicamente – estabelecer diferenciações entre crescimento e desenvolvimento e, ao mesmo tempo, incorporar qualificativos que pudessem dar conta de ausências ou lacunas para o conceito. [...] Talvez o mais significativo destes, no contexto brasileiro da década de 1970, referisse-se à questão democrática: seria possível chamar de desenvolvimento processo de crescimento econômico sem democracia? [...] Ainda assim, era preciso avançar mais. Foi quando ocorreu, com todo vigor, no bojo do processo de redemocratização do país nos anos 1980, o movimento mais importante para a história republicana brasileira: a conquista e a constitucionalização de direitos sociais, como condição tanto para melhor caracterizar a incipiente democracia nacional, bem como para ofertar mais conteúdo ao alcance do desenvolvimento brasileiro. No entanto, a dimensão social da democracia e do desenvolvimento não está, ainda hoje, definitivamente inscrita no imaginário público do país, sendo ponto de embate teórico e político ainda muito vivo; motivo pelo qual talvez permaneça, na estrutura organizacional de diversos níveis e áreas de governo – e mesmo em organizações do setor privado –, o “social” como símbolo explícito de reivindicação (IPEA, 2009, p. 7, v. 1).

Feijó (2007), faz um apanhado sobre o assunto iniciando com um levantamento teórico e passando pela relação de desenvolvimento e vários outros temas que ao desenvolvimento estão diretamente relacionados como o papel das instituições, os sistemas econômicos e outros. Sua visão é de grande contribuição para este trabalho.

O autor, explica a teoria de crescimento com base, principalmente, no modelo de Solow, que faz parte do grupo de neoclássicos que abordam este tema. E diz o seguinte:

Essencialmente, esta é a mensagem do modelo de Solow: por maiores que sejam as taxas de investimento, as economias convergem para um estado estacionário em que o volume de capital por habitantes permanece em nível constante. [...] Não obstante isso, o patamar da condição estacionária difere muito, dependendo da proporção do produto destinada a investimento, bem como da taxa de crescimento da população. Estas duas variáveis fornecem uma explicação inicial da razão de alguns países serem ricos e outros pobres: os países ricos investem mais enquanto os países pobres investem pouco; nos primeiros, a população cresce pouco, nos últimos, ela cresce de modo bem mais acentuado. [...] Os países mais ricos possuem um maior estoque de capital por trabalhador, porque investiram mais e a população cresceu menos. Esta é uma explicação importante, embora incompleta, de por que eles são mais ricos. [...] O estoque de capital por trabalhador cresce apenas no desequilíbrio. [...] O problema para os países pobres é que seu estado estacionário é alcançado numa condição em que a disposição de capital *per capita* ainda encontra-se muito baixa. Isto torna o trabalho pouco produtivo, e conseqüentemente, com pouca renda. A chave para o crescimento consiste em ampliar os investimentos e reduzir o crescimento vegetativo da população (FEIJÓ, 2007, p. 11).

O autor também faz a seguinte contribuição a respeito de população:

O planeta está superpovoado: enquanto nossos primos mais próximos, os gorilas, totalizam umas poucas centenas de exemplares, os seres humanos ocupam o planeta com 6,4777 bilhões de pessoas em 2005, das quais 53% vivem com menos de dois dólares por dia. O fato é que, quanto mais pessoas estiverem ocupando o planeta, maiores serão os esforços de investimento a fim de promover a todos um padrão de vida pouco acima da média mundial atual. Atacar a questão apenas do ponto de vista da necessidade de investimento não resolve. A outra estratégia, que consiste no controle do crescimento demográfico, também deve ser perseguida. Assim como a poupança e o investimento, a contenção do número de filhos é uma tarefa difícil, também requer renúncia, no entanto, sua importância deve estar presente na consciência de todos que se sensibilizaram com a promessa da teoria do desenvolvimento econômico (FEIJÓ, 2007, p. 17).

Com relação ao desenvolvimento tecnológico e capital humano, Feijó diz o seguinte:

Mesmo com todo o empenho em poupar, investir e conter o crescimento da população, um país pobre dificilmente atingirá um patamar satisfatório de riqueza média se não percorrer o caminho da evolução tecnológica [...]. O desenvolvimento tecnológico constitui uma via essencial para o crescimento econômico. Só com o acúmulo de estoque de capital não se conseguiria ir muito adiante na direção do mundo de riquezas. É preciso inovar, descobrir e aplicar novas técnicas de produção, experimentar procedimentos inéditos, novos materiais, empregar máquinas e etc. [...] Quando se introduz tecnologia no modelo de Solow, em vez de a economia convergir para uma relação de capital *per capita*, ou de produto *per capita*, constante no estado estacionário, agora o produto *per capita* cresceu de modo ilimitado, acompanhado sempre, no caminho do crescimento equilibrado, a taxa de crescimento da tecnologia, ou do grau de progresso tecnológico. [...] No longo prazo, sem crescimento tecnológico uma economia não pode acumular mais capital do que o crescimento da população, e o produto ou renda *per capita* do país permanece estacionado. Com o progresso tecnológico ocorre um crescimento sustentado da renda *per capita*. [...] Isto é explicado pelo retorno decrescente do capital. Variações tecnológicas compensam o referido retorno decrescente. [...] O modelo de crescimento econômico de Solow com inovações tecnológicas apresenta conclusões interessantes. Se variarmos a taxa de investimento da economia, ainda assim o crescimento econômico, medido pelo produto *per capita*, somente ficará acima da taxa de crescimento tecnológico no curto prazo, voltando, logo a seguir, a economia a crescer à taxa comandada pelo crescimento da tecnologia. A conclusão em termos de políticas públicas é imediata: políticas de incentivo ao investimento afetam apenas o crescimento no curto prazo, pois levam o produto *per capita* a um novo patamar (efeito de nível), mas não afetam as taxas de crescimento econômico de longo prazo. [...] Nos anos 1990, os economistas começaram a desenvolver novos modelos de crescimento econômico que enfatizam em aspecto complementar a evolução tecnológica: modelos com capital humano. Os trabalhadores acumulam esse tipo de capital a medida que avançam em anos de

escolaridade e/ou adquirem novas habilidades técnicas. O trabalho qualificado funciona como uma espécie de tecnologia: também ele cresce o potencial de produção. [...] A conclusão do modelo com capital humano é a mesma da do modelo com tecnologia: a economia converge para um caminho de crescimento equilibrado no qual a taxa de crescimento do produto *per capita* é dada pela taxa de crescimento da qualificação dos trabalhadores. [...] Os dois modelos de crescimento econômico podem ser usados conjuntamente de forma a se obter um receituário básico para um país tornar-se rico. Desenvolvimento da tecnologia e crescente qualificação dos trabalhadores determinam as taxas de crescimento de longo prazo. A cada instante, o patamar de riqueza alcançado dependerá da acumulação de capital físico *per capita* (afetado por investimento e taxa de crescimento demográfico); do padrão tecnológico e da qualidade da mão-de-obra. Em suma, além da necessidade de poupar, investir e de as pessoas procriarem menos, é necessário perseguir a meta de elevação tecnológica e de crescente qualificação do trabalhador (Feijó, 2007, p 17 e 18).

O autor conclui que “progresso tecnológico e alta taxa de investimento em capital humano (as pessoas acumulando habilidades) representam, portanto, condições *sinequa non* para a realização do sonho do crescimento econômico”. (FEIJÓ, 2007, p. 18).

Feijó (2007) trata do papel das instituições no processo de desenvolvimento econômico e salienta que, em se tratando do modelo abordado de crescimento de países atrasados, focado principalmente em difusão tecnológica não basta apenas que haja o aprendizado para a utilização de produtos e técnicas mais avançadas, é primordial que haja uma infra-estrutura institucional adequada. A incorporação de novas tecnologias depende de vários fatores, que não apenas educação, e mesmo que o governo possa pagar por tais tecnologias, o agente principal no processo de transferência das mesmas, segundo o autor é o setor privado. Portanto torna-se fator decisivo o fato de existir ou não boas políticas públicas e boas instituições. Para Feijó (2007, p. 23), “o crescimento econômico é alcançado por meio de ações que favorecem a produção em detrimento ao desvio. [...] O Estado, com suas políticas públicas, tem um papel primordial no combate ao desvio produtivo.[..]O governo tem a obrigação de propugnar pelo estabelecimento de regras, leis e instituições estáveis na sociedade, constituindo assim o que nós chamamos de boa infra-estrutura institucional.”

Com relação a construção desta boa infra-estrutura institucional, o autor reconhece a dificuldade em fazê-la e salienta que a maneira como isto poderia ser feito em uma democracia é questão de preocupação dos estudiosos do desenvolvimento econômico. Ele coloca que “o político no poder volta-se para a sua

própria carreira, não para o bem-estar da população. Ele deseja conservar-se no poder atraindo o voto de sua base eleitoral para as próximas eleições, mesmo que para tanto deixe de lado a benevolência para com o restante da sociedade. Os poderosos visam à maximização da sua riqueza e dos grupos que os apoiam. Ações de incentivo ao crescimento econômico são duras de serem aplicadas, e seus efeitos, percebidos em prazo muito grande para os propósitos dos políticos. Este problema não é específico das democracias, porém, nem mesmo este sistema conseguiu até agora contorná-lo. No entanto, a democracia pode fazê-lo.” (FEIJÓ, 2007, p. 23).

Feijó (2007) aborda a relação entre desenvolvimento e sistemas econômicos concluindo que “o comunismo (socialismo real) não tem como competir no longo prazo com as economias de mercado, mesmo em termos do atendimento às condições básicas da população.” (FEIJÓ, 2007, p. 25). O autor coloca que os regimes ditatoriais baseiam-se na evolução de indicadores sociais como um pretexto legitimador de poder, alegando que fizeram pelo povo o que as economias capitalistas nunca conseguiram fazer. E que enquanto os capitalistas preocupavam-se apenas com os seus lucros, os comunistas propiciaram condições para o fim de toda miséria humana. A questão levantada pelo autor neste ponto é o preço pago para tal, e ele alega que essas conquistas podem ter saído muito caras, pois em troca de algumas conquistas sociais o comunismo subtrai a liberdade individual, tolhe a crítica, inibe a criatividade e o empreendedorismo individual e submete a economia a um padrão de ineficiência alocativa muito abaixo das economias de mercado. O autor coloca ainda que conquistas sociais podem perfeitamente serem alcançadas em economias mistas e democráticas.

Feijó (2007), trata ainda sobre o valor econômico da liberdade, e a respeito deste assunto o autor traz a contribuição de Amartya Sen, economista indiano, que diz que a liberdade é mais do que em meio eficiente para o desenvolvimento (papel instrumental), ela é um critério de desenvolvimento. O papel constitutivo da liberdade refere-se à sua importância no enriquecimento da vida humana. Feijó diz, concordando com Sen, que “o desenvolvimento envolve a expansão das liberdades humanas.”(FEIJÓ, 2007, p. 34).

Feijó explica sobre que tipos de liberdade Sen refere-se:

A que tipo de liberdade ele se refere? Sen fala de algumas categorias de liberdade que se complementam e interagem umas com as outras. Ele não se prende apenas à liberdade econômica, no sentido da liberdade das pessoas para utilizarem e trocarem entre si recursos econômicos e bens finais. Refere-se também a quatro outros tipos de liberdade: a liberdade política típica de uma democracia (não só de exercer o direito de votar, mas também o de fiscalizar e criticar as autoridades, liberdade de expressão etc.); a oportunidade de receber educação básica e assistência médica; a chamada da garantia de transparência, isto é, o direito a informação que asseguram a lisura de uma transação, evitando-se fraudes, corrupção e etc.; e, por fim, a liberdade denominada de segurança protetora: a liberdade de ser acolhido por uma rede de segurança social contra a miséria (FEIJÓ, 2007, p. 34 e 35)

E o autor conclui sobre este aspecto que:

Não somente a liberdade de mercado, mas todo esse conjunto de liberdades são causas eficientes para o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que são fins perseguidos pela meta de desenvolvimento: quanto mais desenvolvido um povo, mais assegurados estarão esses direitos e liberdades fundamentais; e vice-versa, quanto mais um país menos desenvolvido avançar na conquista destas liberdades, maior o ímpeto do processo de desenvolvimento nesse mesmo país. As liberdades, portanto, funcionam como motor do desenvolvimento e como critério dele. Esta é a tônica da brilhante análise de Amartya Sen do desenvolvimento como liberdade. Desenvolvimento para nós é a maximização de oportunidade para a realização de nossas utopias pessoais, de transformar nossas vidas naquilo que almejamos, de sermos capazes de elaborar planos os mais variados para nossas vidas futuras com possibilidade efetiva de realização. O aumento de renda e riqueza atual, especialmente em se tratando de país pobre, é a condição importante para essa realização. Mas não é tudo! A teoria do desenvolvimento econômico promete um mundo de realizações desde que sejamos capazes de preservar na manutenção das liberdades democráticas e no zelo pelas chamadas “oportunidades de liberdade”. Com isso, políticas econômicas esclarecidas, em países com liberdade econômica, conduzirão ao crescimento econômico e, com ele, às oportunidades de desenvolvimento (FEIJÓ, 2007, p. 35).

Para finalizar a explanação sobre crescimento e desenvolvimento, usar-se-á a contribuição de Feijó a respeito da relação existente entre os dois:

Nível elevado de produto *per capita* não é sinônimo de desenvolvimento. Primeiramente, porque países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais ainda sofríveis. O Brasil, por exemplo, é um país com desempenho razoável quanto àquele indicador, mas com mazelas sociais que em alguns aspectos lembram as de países africanos. Isto é possível pela brutal desigualdade na distribuição de renda, de educação e de oportunidades. Pensando em termos de localizações dentro do mesmo país, há cidades que apresentam um PIB *per capita* maior que o de outras, mas com indicadores sociais piores. Além de crescimento econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas. No entanto, esta dicotomia entre

crescimento e desenvolvimento é menos válida no contexto em que o objetivo almejado não é o de alcançar algum grau de riqueza e certo desenvolvimento desigual entre a população, mas o pleno crescimento econômico, conduzindo o país pobre em questão a níveis de riqueza média similares aos dos países ricos. O trajeto da miséria para níveis de riqueza médios pode ter sido alcançado com políticas que excluíram parte considerável da população dos benefícios do crescimento. No entanto, a teoria econômica atual demonstrou que a decolagem deste nível médio para um crescimento econômico realmente satisfatório requer políticas sociais ativas (FEIJÓ, 2007, p. 44).

2.1 Principais indicadores socioeconômicos

Segundo Feijó e Ramos (2007), as contas nacionais apresentam as medidas mais importantes de toda a atividade econômica de um país. São desenhadas de forma a dar uma visão geral do estado da economia num período de tempo. O autor coloca que os principais agregados derivados das contas nacionais são as medidas de Produto, Renda e Despesa. Todavia, esses agregados são limitados no que diz respeito a atividades que, embora possuam valor de mercado, possuem uma difícil mensuração, como por exemplo, a exaustão de recursos naturais.

Para Feijó (2007), é importante separar a questão do crescimento econômico – aumento do PIB *per capita* de um país – do problema de desenvolvimento. Segundo o autor, de modo geral, não se pode assegurar que níveis mais elevados de renda ou de riqueza *per capita* correspondam a indicadores sociais, leque de escolhas etc. mais favoráveis. Não obstante, a maior capacidade de geração de renda de um povo muito auxilia a pavimentar o caminho para o desenvolvimento. A relação entre os dois aspectos é complexa e de mão dupla. O autor considera que o crescimento econômico constitui elemento importante no processo de desenvolvimento, muito embora mesmo um crescimento modesto possa vir associado a avanços nos indicadores de desenvolvimento.

Sobre Desenvolvimento Humano, o *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2015) aborda a questão da seguinte forma:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD. (PNUD Brasil, 2015)

2.1.1 Produto Interno Bruno – PIB e PIB *per capita*

A medida de PIB de um país ou região representa a produção de todas as unidades produtoras da economia, num dado período a preço de mercado, ou seja, a soma do valor de todos os serviços e bens produzidos na região escolhida em um período determinado.

O PIB *per capita* é calculado a partir do PIB dividido pelo número de habitantes da região analisada, ele representa o quanto, em média, cada indivíduo seria responsável pela produção de riquezas daquele local.

2.1.2 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O IDH pode ser visto como uma medida que complementa e contrapõe o PIB *per capita* como indicador de desenvolvimento. Sua construção agrega indicadores sociais aos tradicionais medidores de renda, tornando-o uma expressão mais completa do desenvolvimento humano. Sua principal utilização é para

classificar países ou regiões segundo o grau de desenvolvimento humano, permitindo que se acompanhe a evolução do progresso social ao longo do tempo.

Os três componentes do índice são: saúde, educação e renda.

O IDH varia entre 0 e 1, com valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano.

Segundo o *site* do PNUD (2015), o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate.

Desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente. Desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). (PNUD Brasil, 2015)

2.1.2.1 *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM*

Assim como o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

A leitura índice também é a mesma, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, sendo:

- Muito baixo: de 0 à 0,499;
- Baixo: de 0,500 à 0,599;
- Médio: de 0,600 à 0,699;
- Alto: de 0,700 à 0,799; e
- Muito alto: a partir de 0,800

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Atualmente, os três pilares que constituem o IDHM são mensurados da seguinte forma:

- **Vida longa e saudável:** é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.

- **Acesso a conhecimento:** é medido pela composição de indicadores de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com fundamental completo; e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças entre 5 e 6 anos freqüentando a escola, do percentual de jovens entre 11 e 13 anos freqüentando os anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano), do percentual de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.
- **Padrão de vida:** é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE. (PNUD Brasil, 2015)

2.1.2.2 *Indicadores complementares de desenvolvimento humano.*

São três os indicadores complementares ao IDH apresentado pelo PNUD:

1) **Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD):** O IDH é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país. Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. O IDH 2010 introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade.

Com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano “real”. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa por um percentual.

2) **Índice de Desigualdade de Gênero (IDG):** O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero.

O IDG substitui os anteriores Índice de Desenvolvimento relacionado ao Gênero e Índice de Autonomia de Gênero. Ele mostra a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nas três dimensões do IDG.

3) **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM):** O IDH 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar.

Os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados, é usado para distinguir entre os pobres e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre. Os domicílios com um nível de privação maior que ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres.

O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPP

US\$1,25 por dia. Ela mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história (PNUD Brasil, 2015).

2.1.3 Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE

Segundo o *site* do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2015), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística - FEE, é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul, informando a sociedade e orientando os governos (municipal e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O IDESE resulta da agregação de três blocos de indicadores: Renda, Educação e Saúde, segundo um conjunto formado por doze indicadores:

O Bloco Educação é composto por: (1) Educação Infantil Pré-escola (taxa de matrícula bruta na pré-escola); (2 e 3) Ensino Fundamental (notas da Prova Brasil no 5º ano do ensino fundamental e notas da Prova Brasil no 9º ano do ensino fundamental); (4) Ensino Médio (taxa de matrícula bruta no ensino médio) e (5) Escolaridade Adulta (proporção de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo).

O Bloco Renda é composto por: (1) Apropriação (renda domiciliar *per capita* média) e (2) Geração (PIB *per capita*).

O Bloco Saúde é composto por: (1 e 2) Saúde Materno Infantil (taxa de mortalidade de menores de 5 anos e consultas pré-natal); (3 e 4) Condições Gerais de Saúde (taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas) e (5) Longevidade (taxa bruta de mortalidade padronizada)

Considera-se a classificação do Índice em: alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499) nível de desenvolvimento.

Assim como o IDH, o IDESE é também um índice multidimensional, o que traz dificuldades inerentes à sua formulação, principalmente no que se refere à escolha das variáveis e de seus pesos dentro do índice. Mesmo reconhecendo esta questão, a existência de um índice sintético serve como um norte para o desenho e a implementação de políticas públicas em nível municipal. Uma vantagem em

relação ao IDHM é a periodicidade de publicação do IDESE, que é anual. (Kang, Bernardini, Wink Jr e Affeldt, 2014).

2.1.4 Comparação entre as variáveis que compõe os índices PIB, PIB *per capita*, IDHM e IDESE

A Figura 1 apresenta, de forma resumida, as variáveis que compõe cada um dos indicadores.

Nota-se que, como já mencionado, o PIB e o PIB *per capita* levam em consideração somente a riqueza de um local, sendo que o último considera também o número de habitantes, em seu cálculo.

Já os indicadores IDHM e IDESE consideram, além da Renda, os fatores Saúde e Educação, ainda que através de variáveis distintas e em números diferentes.

Figura 1: Variáveis que compõe os indicadores PIB, PIB *per capita*, IDHM e IDESE

Quadro comparativo entre as variáveis que compõe os indicadores PIB, PIB <i>per capita</i>, IDHM e IDESE			
Fatores	PIB e PIB <i>per capita</i>	IDHM	IDESE
Renda / Riqueza	<p>PIB:</p> <ul style="list-style-type: none"> Soma de bens e serviços finais produzidos <p>PIB <i>per capita</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Soma de bens e serviços finais produzidos População total 	<ul style="list-style-type: none"> Renda mensal <i>per capita</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Renda domiciliar <i>per capita</i> média PIB <i>per capita</i>
Saúde		<ul style="list-style-type: none"> Esperança de vida ao nascer 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de mortalidade de menores de 5 anos Consultas pré natal Taxa de mortalidade por causas evitáveis Proporção de óbitos por causas mal definidas Taxa bruta de mortalidade padronizada
Educação		<ul style="list-style-type: none"> % de crianças (5-6 anos) na escola % de jovens (11-13 anos) nos anos finais do ensino fundamental % de jovens (15-17 anos) com ensino fundamental completo % de jovens (18-20 anos) com ensino médio completo % de adultos (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de matrícula bruta na pré-escola Notas da Prova Brasil no 5º ano do ensino fundamental Notas da Prova Brasil no 9º ano do ensino fundamental Taxa de matrícula bruta no ensino médio Proporção de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) e FEE (2014)

2.1.5 Outras alternativas de exprimir a medição de desenvolvimento econômico, humano e social

Neste item serão apresentadas algumas iniciativas que buscam identificar e medir o nível de desenvolvimento humano das nações sobre aspectos que vão além dos econômicos. Destacou-se, para este trabalho, o Relatório de Desenvolvimento Humano, o Relatório Mundial da Felicidade e o Happy Planet Index.

2.1.5.1 *Relatório de Desenvolvimento Humano*

Segundo o *site* do PNUD (2015), o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. A publicação tem autonomia editorial garantida por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. A premissa do primeiro RDH, em 1990, era de que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações, conceito que guiou todos os relatórios subsequentes.

Com sua riqueza de dados e abordagem inovadora para medir o desenvolvimento, o RDH tem um grande impacto nas reflexões sobre o tema no mundo todo. Os RDHs incluem o Índice de Desenvolvimento Humano e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento.

O PNUD publica anualmente um RDH Global, com temas transversais e de interesse internacional, bem como o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo. Atualmente, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países. Além dele, são publicados periodicamente centenas de RDHs nacionais, incluindo os do Brasil. Até hoje, o Brasil fez quatro RDHs. O primeiro foi feito em 1996, e apresentava um panorama geral sobre as questões sociais no Brasil. O segundo foi um Atlas – o Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2003, que calculou de forma

pioneira o IDH para todos os municípios brasileiros. O terceiro, feito em 2005, tratou das questões relacionadas a racismo, pobreza e violência. E o último, em 2009/2010, discutiu a importância dos valores humanos no alcance do desenvolvimento. (PNUD Brasil, 2015)

2.1.5.2 *Relatório Mundial da Felicidade*

Segundo o *site* da *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) Brasil (2015), O Relatório Mundial da Felicidade é um levantamento referência do estado de felicidade global. O primeiro relatório foi publicado em 2012, o segundo no início de 2013 e o terceiro em 23 de abril de 2015. Os principais especialistas em diversos setores: economia, psicologia, análise de pesquisa, estatísticas nacionais, saúde, políticas públicas e outros descrevem como as medições de bem-estar podem ser utilizadas para avaliar o progresso das nações de forma eficaz. Os relatórios revêem o estado de felicidade no mundo de hoje e mostram como a nova ciência da felicidade explica variações pessoais e nacionais em felicidade. Elas refletem uma nova demanda mundial por mais destaque à felicidade como um critério para a política do governo.

O Relatório Mundial da Felicidade 2015 foi publicado pela Rede de Desenvolvimento Sustentável *Solutions* (SDSN). Ele foi editado pelo Professor John F. Helliwell, da Universidade de *British Columbia* e do Instituto Canadense de Pesquisa Avançada; Lord Richard Layard, diretor do Programa de Bem-Estar no *Centre for Economic Performance da LSE*; e Professor Jeffrey D. Sachs, diretor do Earth Institute da Universidade de Columbia, diretor da SDSN Global, e conselheiro especial do Secretário Geral da ONU Ban ki-Moon.

O Primeiro Relatório Mundial da Felicidade, foi preparado para a conferência sobre a Felicidade, organizada pelas Nações Unidas em 2012 e foi publicado pelo Earth Institute.

No Relatório Mundial da Felicidade 2015, o Brasil encontra-se em 16^º lugar de 158 países, com 6,983 pontos, de uma escala que varia de 0 a 10. O primeiro lugar tem 7,587 pontos e o último 2,839 pontos.

2.1.5.3 *Happy Planet Index*

O Happy Planet Index (HPI) é uma medida global de bem-estar sustentável.

O HPI mede a capacidade que cada país tem de oferecer uma vida longa, sustentável e feliz para as pessoas que nele vivem. O índice usa dados globais sobre a expectativa de vida, bem-estar e da Pegada Ecológica para seu cálculo. O relatório de 2012 classificou 151 países e neste ano foi a terceira vez que o índice foi publicado.

O Brasil encontra-se na 21ª posição no relatório de 2012, com os seguintes números: HPI: 52,9; Expectativa de vida: 73,5; Bem-estar: 6,8; Pegada Ecológica: 2,9. O primeiro lugar é Costa Rica com HPI: 64 e na América do sul, estão na frente do Brasil, os países Colômbia, Venezuela, Argentina e Chile.

3 FELICIDADE INTERNA BRUTA – FIB

O objetivo deste capítulo é apresentar o índice Felicidade Interna Bruta – FIB e suas dimensões, como alternativa para medição de desenvolvimento de uma localidade, seja uma cidade, estado ou país e também como suporte para tomada de decisão de quais políticas necessitam ser implementadas face as necessidades identificadas no resultado deste índice.

O capítulo está dividido em quatro partes: Origem do FIB, Dimensões abordadas no índice, o índice no Brasil e as críticas ao PIB.

3.1 Origem do FIB

De acordo com o *site* Instituto Visão Futuro (2015), Felicidade Interna Bruta (FIB) é um indicador sistêmico desenvolvido no Butão, um pequeno país localizado no Himalaia, entre Índia e China. O conceito do FIB nasceu em 1972, elaborado pelo rei Jigme Singya Wangchuck, que em uma entrevista proferiu a declaração: “A Felicidade Interna Bruta é mais importante que o Produto Interno Bruto”.

Em 1999, o instituto de pesquisas Centro para Estudos do Butão foi estabelecido através de um decreto executivo do Primeiro Ministro do Butão, para conduzir estudos de natureza interdisciplinar, abrangendo aspectos sociais, culturais e econômicos do país, e especialmente para pesquisar e desenvolver o conceito de Felicidade Interna Bruta.

Desde o início do século 21, as conferências Internacionais sobre FIB começaram a ser promovidas – primeiro no Butão, depois na Nova Escócia, no Canadá, em 2005, em Bangcoc, na Tailândia em 2007, novamente no Butão em 2008 e no Brasil em 2009. Durante esse mesmo período, o Centro para Estudos do Butão, sob patrocínio do Programa para Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas, e juntamente com um grupo de especialistas internacionais, desenvolveu um indicador de FIB para medir esse conceito quantitativa, qualitativa e estatisticamente. Baseando-se na premissa de que mensurações de bem-estar de natureza subjetiva são tão importantes como medidas de consumo do PIB; o bem-

estar ou a felicidade de uma população são analisados pela mensuração dos fatores que, de acordo com a nova ciência da hedônica (estudos sobre felicidade), levam a este estado.

O questionário, desenvolvido conjuntamente pelo Centro para Estudos do Butão e especialistas transacionais é, portanto, fundamentado num critério internacional, e a versão internacional do questionário, preparada por pesquisadores Canadenses, forma a base e a versão que foi implementada no Brasil.

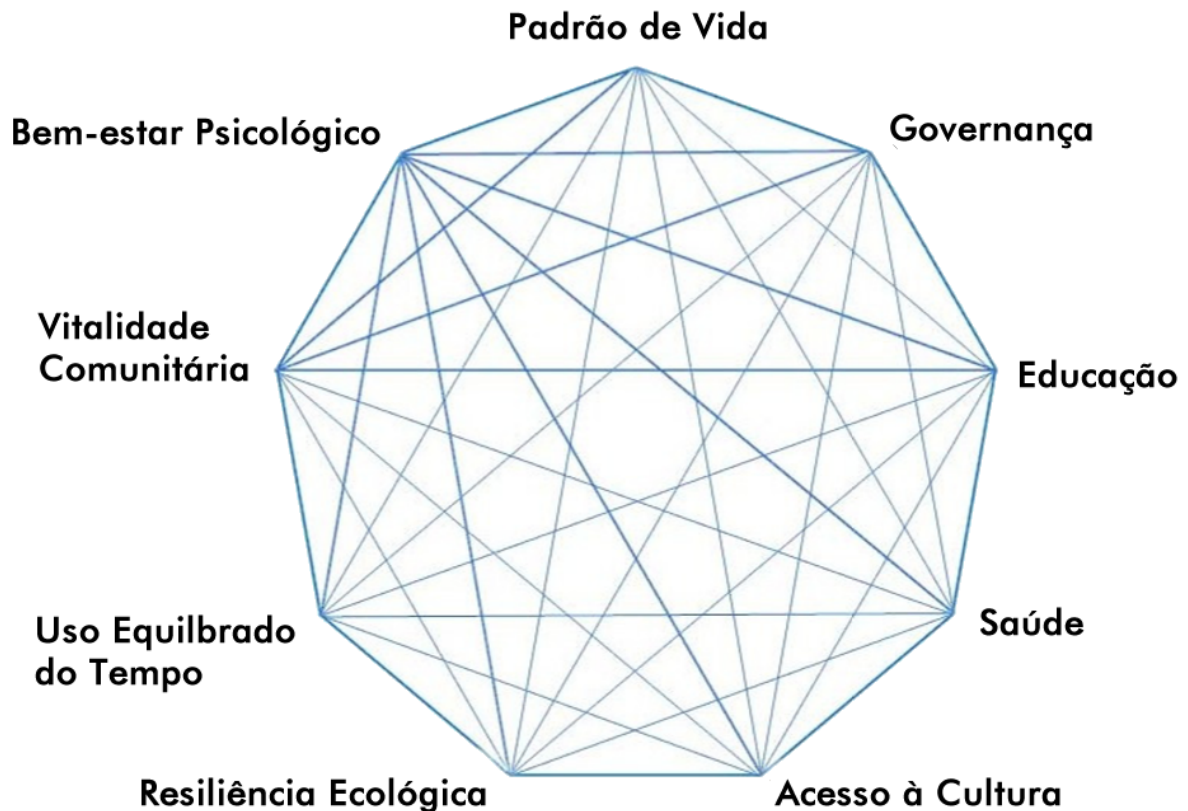
3.2 Dimensões abordadas no FIB

Segundo o *site* Instituto Visão Futuro (2015), Felicidade Interna Bruta basea-se na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material, com o psicológico, o cultural e o espiritual e sempre em harmonia com a Terra.

O FIB, portanto, estrutura-se em nove dimensões, como mostra a Figura 2. Cada uma dessas dimensões, com diversos indicadores que são avaliados a partir do questionário desenvolvido pelo Centro para Estudos do Butão. Esses levantamentos são o que norteiam as políticas, os programas e as alocações orçamentárias do Butão.

Figura 2: As nove dimensões do FIB

Dimensões do FIB



Fonte: ANDREWS, Susan. Palestra para 5º Conferência Internacional, 2009

As nove dimensões do FIB são, portanto, as seguintes:

- 1) **Bem-estar psicológico:** avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções tanto positivas quanto negativas, e analisam a auto-estima, sensação de competência, estresse, e atividades espirituais.
- 2) **Saúde:** Mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como auto-avaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercício, sono, nutrição, entre outros.
- 3) **Uso equilibrado do tempo:** O uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é

avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais, entre outros.

- 4) **Vitalidade comunitária:** Foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.
- 5) **Educação:** Leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental, entre outros.
- 6) **Acesso à cultura:** Avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero.
- 7) **Meio ambiente (Resiliência ecológica):** Mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, entre outros.
- 8) **Governança:** avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos.
- 9) **Padrão de vida:** avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, entre outros aspectos.

3.3 O FIB no Brasil

O FIB no Brasil tem sido disseminado pela Dra. Susan Andrews¹, que após ter participado da 3ª Conferência Internacional sobre FIB na Tailândia, em 2007, foi convidada pelo movimento internacional para coordenar os trabalhos referente a este índice no país.

Em 2008, durante a 4ª Conferência Internacional sobre FIB no Butão, foi anunciado que a 5ª Conferência aconteceria no Brasil em 2009 sob coordenação da Dra. Susan Andrews, a mesma ocorreu na cidade de Foz do Iguaçu em agosto.

Os projetos pilotos já desenvolvidos no Brasil aconteceram nas seguintes cidades: Angatuba, Itapetininga e Campinas, todas no estado de São Paulo.

No XXXVI Encontro da ANPAD em setembro de 2012 foi apresentado o artigo: "*Felicidade Interna Bruta: um estudo na cidade de Lavras – MG*". O estudo teve por objetivo aplicar o índice de Felicidade Interna Bruta na cidade de Lavras – MG e avaliar se aspectos como sexo, idade, escolaridade e localização geográfica podem implicar em diferentes níveis de felicidade dos indivíduos.

Além dos projetos acima citados, a Fundação Getúlio Vargas está coordenando um programa de pesquisa, conhecido como Índice de Bem-Estar Brasil, que será apresentado separadamente a seguir.

3.3.1 Índice de Bem-Estar Brasil

De acordo com o *site Well Being Brazil*, o Índice de Bem-Estar Brasil é um programa de pesquisa acadêmica que tem o objetivo de conceber uma metodologia e uma plataforma para mensurar o nível de satisfação que as pessoas residentes no Brasil possuem com aspectos da vida, a partir da abordagem das características da realidade brasileira. Este programa está sob a coordenação de pesquisadores vinculados a Fundação Getúlio Vargas e possui parceria com MyFunCity e o Movimento Mais Feliz.

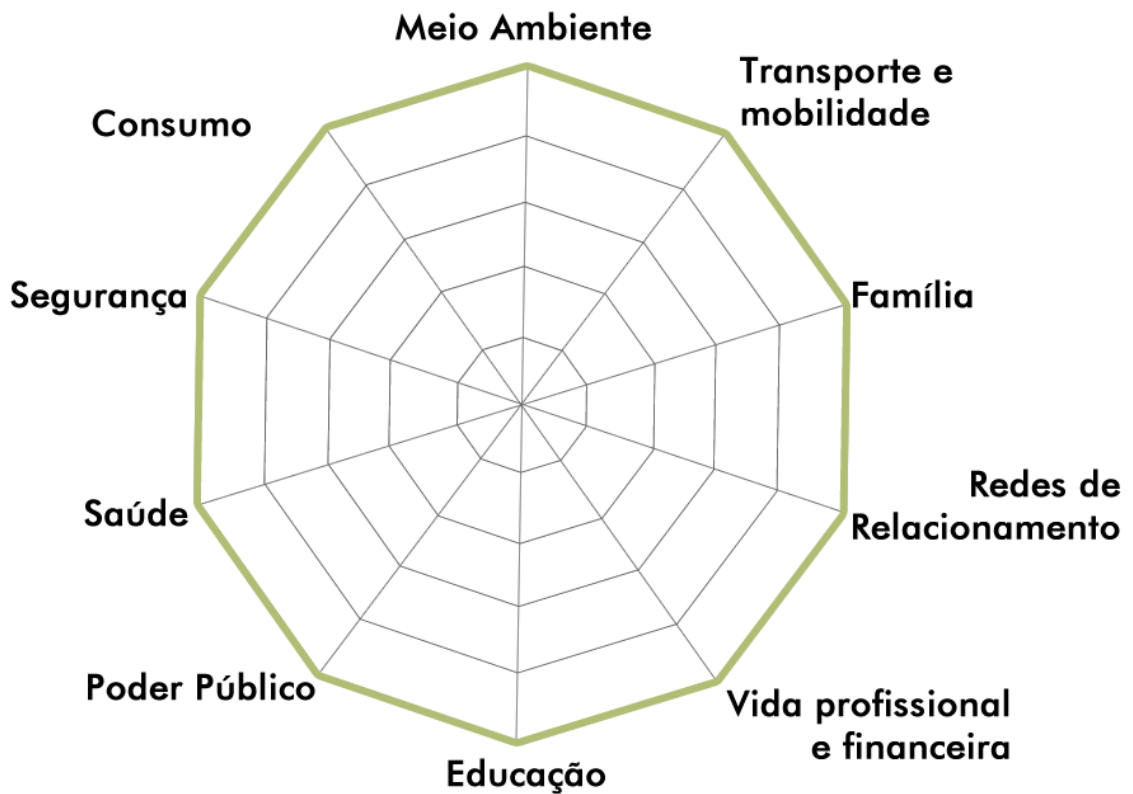
¹ Susan Andrews é psicóloga e antropóloga formada pela Universidade de Harvard (EUA) e doutora em Psicologia Transpessoal pela Universidade de Greenwich (EUA).

Com o índice, a organização espera colaborar para uma maior completude dos indicadores utilizados para estimar o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional, assim como espera que esse conjunto de indicadores permita a geração de Políticas Públicas e Privadas que busque melhorar o nível de bem-estar das pessoas.

O Índice de Bem Estar Brasil foi desenvolvido com base em um conjunto de dez indicadores, conforme mostra a figura 3:

Figura 3: Indicadores que compõe o Índice Bem-Estar Brasil

Grupo de indicadores que compõe o índice de Bem-Estar Brasil



Fonte: Site WBB Brazil

1. **Meio ambiente:** concentra-se na satisfação com aspectos relacionados à possibilidade de desenvolvimento de atividades físicas ao ar livre, limpeza urbana e demais fatores que afetam a vida outdoor, como o clima, nível de ruído e poluição nas cidades;

2. **Transporte e Mobilidade:** esse indicador reflete a satisfação do cidadão com as condições de transporte na cidade. Na medida em que o cotidiano das pessoas é afetado pelo transporte, entende-se que essa variável é relevante para o entendimento do bem-estar.
3. **Família:** avalia o nível de satisfação das pessoas com as condições segundo as quais se torna possível e viável a convivência com a sua família. O convívio com outras pessoas, incluindo-se a família, é apontado como uma maneira de promover o bem-estar.
4. **Redes de relacionamento:** essa variável refere-se aos laços sociais mantidos pelo cidadão, reflete a satisfação com o nível de atividade social apresentado pelo indivíduo. O nível de atividade social é apontado como um indutor de bem-estar.
5. **Vida profissional e financeira:** reporta-se aos temas associados à vida profissional do indivíduo, bem como seu nível de bem-estar financeiro.
6. **Educação:** avalia a satisfação do indivíduo com as condições de obtenção de capital intelectual, do auto-desenvolvimento oferecido pela cidade.
7. **Poder público:** nessa variável espera-se capturar o nível de satisfação do cidadão com os temas associados à forma segundo a qual a administração pública (executivo, legislativo e jurídico) tem sido conduzida.
8. **Saúde:** está orientado à identificação da satisfação dos indivíduos com o oferecimento de serviços de saúde, nas esferas pública e privada.
9. **Segurança:** reflete a percepção de segurança na cidade, segundo a avaliação do respondente. O sentimento de segurança é importante para o bem-estar.
10. **Consumo:** destina-se a avaliar o nível de influência do consumo de bens e serviços sobre o nível de bem-estar subjetivo apresentado pelo respondente.

Este índice já foi aplicado para a cidade de São Paulo em novembro de 2013 e contou com uma participação de 786 pessoas, que responderam a um questionário de 68 perguntas distribuídas entre os 10 indicadores sobre o grau de satisfação e relevância em relação aos diferentes aspectos da vida abordados nos

mesmos, e resultou em um relatório chamado Survey Well Being Brasil - Cidade de São Paulo, que apresenta os principais resultados da pesquisa.

3.4 Críticas ao PIB

Será apresentado aqui uma série de críticas feitas ao PIB e ao conceito de crescimento e desenvolvimento econômico medido por este indicador, motivos pelos quais o FIB surge como alternativa e resposta as lacunas deixadas pelo PIB.

Em artigo publicado na Revista Economistas em Dezembro de 2013, Ródiran Duarte, traz as algumas críticas a respeito da ótica econômica do crescimento medido através do PIB, pelo fato do PIB incluir todo e qualquer produto e serviço que tenha valor monetário independente da origem da necessidade desses bens, que podem ser catástrofes, guerras, acidentes e não considerar de nenhuma forma, o valor do trabalho voluntário que existe, muitas vezes, em função desses mesmos males:

“A origem da supremacia do PIB até se justifica, quando no pós-Segunda Guerra os sistemas de contabilidades nacionais tiveram que ser estruturados a partir da lógica da necessária reconstrução, produção e geração de riquezas materiais. Hoje, não alcança mais a necessidade do ser humano em medir seu bem-estar, sem refletir aspectos ecológicos, éticos, políticos e antropológicos” Duarte (2013).

Segundo o mesmo autor, o cerne da distinção entre os conceitos de PIB e FIB está na diferença de ênfase dada ao crescimento econômico, no caso do PIB, e ao desenvolvimento, no caso do FIB, estando inclusos, neste último, o desenvolvimento econômico, social, ambiental, humano, tecnológico e etc.

Duarte (2013), afirma ainda que, taxas elevadas de crescimento não garantem desenvolvimento, na medida em que o padrão em que este se sustente seja excludente, concentrador de renda e riqueza.

Na mesma revista, Marcos Eduardo de Oliveira, também discute a respeito do PIB como uma medida insensata. O autor aborda os mesmos motivos citados por Duarte, porém vai um pouco além, coloca que ter essa medida como meta econômica é “anacrônico, torpe e estúpido” uma vez que o PIB contabiliza qualquer

bem ou serviço que tenha valor monetário, independente do motivo que o tenha gerado e não contabiliza ações que previnem certos males, como no caso da saúde, por exemplo, onde incentivar ações preventivas, não gera crescimento econômico como o gerado pelas receitas oriundas da indústria farmacêutica, de serviços médicos e hospitalares.

Oliveira (2013), faz ainda o levantamento de outros motivos pelos quais pode-se considerar o PIB inapropriado e os chama de “estupidez pibiniana”, segundo ele terremotos e catástrofes seriam bons pela ótica do PIB, uma vez que para se reestabelecer de uma catástrofe, uma sociedade movimenta muito a economia; pela ótica do PIB *per capita*, o autor coloca que nascimentos desfavorecem o PIB uma vez que reduzem o PIB *per capita*; a poluição é outro fator que é favorável ao PIB, uma vez que gera a necessidade de gastos com limpeza e serviços de purificação, que são somados ao PIB; da mesma forma como nascimentos reduzem o PIB, pela ótica do PIB *per capita*, os trabalhos voluntários das pastorais da criança que reduzem em mais de 50% as taxas de mortalidade infantil nos lugares onde atua também são desfavoráveis ao PIB; já o incentivo ao consumo infantil, principalmente de gêneros alimentícios são favoráveis, pois no longo prazo geram obesidade e a necessidade de gastos com a saúde; segundo o autor, o PIB não considera o trabalho das mulheres que trabalham em suas casas, de acordo com ele, “a impressão que se tem é que o lar não pode ser visto como uma unidade produtiva”, também não considera o trabalho não remunerado (educação das crianças, manutenção do lar, cuidados com doentes e idosos, serviços voluntários, etc) e não considera o valor dos bens ecológicos vitais, como ar limpo, água, biodiversidade ou de seres humanos saudáveis. Por todos esses motivos, o autor conclui que “é possível perceber que o PIB não reflete o desenvolvimento de uma sociedade, e muito menos mede a riqueza de um país, como talvez alguns entendam”.

No final do seu artigo, Oliveira cita Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia com a seguinte frase: “o que importa é que o povo vá bem e não o PIB”, o autor aborda as questões que vêm ganhando relevância no ambiente econômico, citando o FIB como umas das alternativas para medir a real evolução de uma economia.

Por fim, será apresentado os cinco motivos pelos quais o PIB é inadequado para medir o bem-estar, elencados por Dasho Karma Ura², em artigo disponível no *site* Felicidade Interna Bruta, são eles: (1) falta de distinções de natureza qualitativa: o PIB não registra o fato gerador da riqueza; (2) propensão ao consumo: o PIB mede muito bem o capital produzido, mas não mede outras formas de capital e serviços tais como aqueles promovidos pelo meio ambiente, humanos e sociais; (3) subvaloriza tempo livre e o trabalho não remunerado: o PIB não mede o tempo livre e o trabalho não remunerado, revelando um sério preconceito contra o trabalho voluntário e o lazer; (4) justiça econômica: embora a desigualdade possa ser medida separadamente por um índice específico para esse fim, o PIB em si é cego para a injustiça econômica e; (5) importância dos serviços pós-materiais: fatores como família, amigos, segurança, redes sociais, liberdade, criatividade, significado para a vida, e outros não necessariamente aumentam a renda, porém são almejados pelas pessoas, principalmente em sociedades onde um certo nível de riqueza já foi alcançado.

² Dasho Karma Ura é Mestre em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford, Inglaterra, e vice-presidente do Conselho Nacional do Butão. Presidente do Centro para os Estudos do Butão fundado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para formular as análises estatísticas do FIB. Membro do Conselho Internacional do FIB

4 VISÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Este capítulo tem como objetivo fazer um apanhado sobre a história do município do Rio Grande e seu desenvolvimento ao longo do tempo até os dias atuais, visando os aspectos econômicos e sociais.

O capítulo está dividido em três partes: a primeira apresenta uma visão histórica sobre o crescimento e desenvolvimento do município do Rio Grande até a década de 80, a segunda parte apresenta os indicadores socioeconômicos do município a partir de 1990 até 2010 e a terceira parte traz um comparativo entre as primeiras cidades do estado em PIB, PIB *per capita* e em IDHM.

4.1 Crescimento e desenvolvimento do município do Rio Grande

Segundo Vieira (1983), o município do Rio Grande até 1809 contava com uma área de 41.000Km², abrangendo toda a área costeira até o Chuí e mais as terras de Jaguarão, Arroio Grande, Bagé, Canguçu, Piratini, Erval, Pelotas, Pinheiro Machado, São Lourenço do Sul e São José do Norte. O município de Pelotas foi desmembrado em 1832 e Santa Vitória em 1872. O desmembramento da antiga área do Rio Grande em vários outros municípios mudou um pouco os rumos do desenvolvimento rio-grandino.

O autor coloca que a área de cultivo de trigo declinou até o desaparecimento quase total, porém desta cultura restou um ativo comércio de exportação pelo porto do Rio Grande. A pecuária manteve seu ritmo de crescimento, bem como o comércio da área urbana. Já no final do século XX, o comércio atacadista assume importância decisiva nos rumos do progresso do Rio Grande, levando o governo central a providenciar melhoramentos na barra e construção de um novo porto. A partir do século XX começa a se desenvolver o setor industrial, com emprego de grande mão de obra. Expande-se a população rio-grandina (Vieira, 1983).

Com relação as mudanças estruturais na população ocorrida neste período o autor relata que as grandes etapas do desenvolvimento econômico do município provocaram profunda alteração na estrutura da população: a mobilidade social, os

fluxos migratórios e o nível de preparação profissional corresponderam as novas condições do processo produtivo. O autor exemplifica fazendo uma comparação entre o Rio Grande cidade portuária industrial até os anos 60 e Rio Grande do terminal portuário-distrito industrial acima dos anos 70, onde levada pela nova fase das forças produtivas, estruturadas em modelos tecnológicos avançados qualificou a força de trabalho, aprimorando também o nível cultural. Dentro desse cenário há ainda a ampliação do nível universitário que aumenta a mobilidade social.

Vieira (1983) explica que em Rio Grande, como em qualquer núcleo populacional, pode-se estabelecer três ordens de influência na população: 1º - as influências gerais, de ordem sociológica, como produto dos intercâmbios estabelecidos pela posição geográfica, 2º - as influências de natureza interna, dependentes do tipo de povoamento e das matrizes étnicas dos primeiros colonizadores e dos períodos de maior ou menor incidência migratória, 3º - as influências do processo produtivo e suas etapas. O autor faz uma breve análise de cada uma das três influências.

Com relação a situação geográfica o autor explica que Rio Grande, como terminal portuário, fica aberto às influências dos intercâmbios com outras áreas, tanto a nível nacional como internacional. A troca de experiências entre os grandes centros e Rio Grande, gerada no período de comércio atacadista de importação-exportação, acarretou em fortes influências nos costumes e na ação política, porém, deve-se enfatizar que a natureza do comércio estabelecido e o tipo de herança deixado pelo processo colonizador conduziu a sociedade rio-grandina a um estilo altamente conservador de vida.

A respeito das origens do povoamento e suas características étnicas, segundo fator de influência, o autor destaca que a colonização de Rio Grande foi principalmente portuguesa, isto se reflete no próprio comportamento da população. O tipo de atividade produtiva e sua lenta transformação e diversificação é muito ligada ao comportamento tradicional e conservador do povo lusitano. Segundo o autor, ainda na década de 80 havia a influência telúrica dos costumes e das reações da matriz antropológica ante as novas forças do pensamento sócio-político. A nova dinâmica empresarial ocorreu por conta dos maciços investimentos públicos de infraestrutura, responsáveis pela nova ordem das forças produtivas em Rio Grande.

Sobre o terceiro fator, influências do processo produtivo, os dois primeiros já esclareceram um pouco a cerca deste, porém o autor introduziu e destacou o fator

reciprocidade nesta análise, pois a elevação do nível cultural da população e a melhoria do grau de formação técnica passaram a atuar positivamente no dinamismo da atividade econômica. Segundo o autor antes de 1969 (data da criação da Universidade) a população respondia muito passivamente ao desenvolvimento sócio-econômico do município e as atividades econômicas eram do domínio de uma pequena elite conservadora. A dinâmica participativa da população era extremamente baixa. A partir, portanto, da introdução do ensino superior e particularmente após a criação da Universidade, houve um rápido crescimento do nível de cultura da população. “Isso levou a comunidade a lutar mais firmemente por projetos de maior vulto, de grande expressão social e efetiva participação comunitária”.(VIEIRA, 1983, p. 127). Nos anos 70, Rio Grande passa a importar no planejamento nacional pela sua privilegiada posição geográfica, começando a era superporto-distrito industrial.

No que diz respeito ao crescimento da população rio-grandina, que pode ser verificado na Tabela abaixo, o autor coloca que a mesma operou-se dentro dos novos parâmetros da evolução das forças produtivas e elevação do nível cultural. O autor destaca os aspectos demográficos no modo de reprodução da população rio-grandina, ressalta a mobilidade social, fruto das relações de produção que se alteram ao longo do processo produtivo e também da migração, muito acentuada no período das obras do superporto e distrito industrial.

TABELA 1: População Total

Ano	Total	Taxa anual (%)
1890	24.653	1,80
1900	29.492	2,75
1920	50.500	0,95
1940	60.802	2,55
1950	77.915	2,57
1960	100.378	1,5
1970	116.488	2,3
1980	146.214	

Fonte: Rio Grande – Geografia física, humana e econômica, 1983.

Ao falar sobre o ritmo econômico da cidade de Rio Grande, Vieira faz o seguinte resumo:

A economia do município do Rio Grande é atualmente caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com

o sistema viário, liderado pelas instalações portuárias. Contudo, historicamente, outros setores tiveram grande influência no desenrolar das atividades econômicas do município, contribuindo às etapas posteriores de desenvolvimento.

O crescimento econômico experimentou fases de ação mais dinâmica, intercaladas com outras de retração e forte conservadorismo. Em alguns períodos as crises abalaram o setor industrial, agravando as distorções sociais já existentes. A evolução social não teve correspondência de nível com o desenvolvimento econômico. Como resultado produziu-se acentuada estratificação social com larga e predominante base operária de baixa renda. Cresceu também um grande contingente marginalizado, formando uma população favelada na periferia da cidade.

As tentativas de correção das desigualdades vieram através de medidas de alcance social propostas e executadas pelo poder público e também pela mudança, ainda que lenta, do comportamento empresarial entre os aspectos sociais da produção. Há ainda medidas importantes a se efetivarem no campo social, o que poderá reduzir as desigualdades, firmando-se então uma sociedade mais justa e harmonicamente desenvolvida.

O último decênio assinalou nova fase no progresso rio-grandino, alcançado por importantes medidas na área do planejamento federal. A partir de obras vitais, Rio Grande se transformou rapidamente em pólo industrial-portuário-viário. As ampliações portuárias, porto novo e superporto, a instalação do distrito industrial, a superação de dois importantes problemas, água e energia, foram medidas concretas resultantes do dinamismo dos investimentos públicos (VIEIRA, 1983. p. 129 e 130).

Segundo o autor, o ritmo econômico do município do Rio Grande pode ser dividido em quatro períodos principais: período agropastoril, de 1650 a 1850; período do comércio atacadista de importação/exportação, de 1850 a 1920; período de industrialização, de 1920 a 1970 e período do superporto e distrito industrial, a partir de 1970.

Com relação ao processo de industrialização, Vieira (1983) destaca que pode-se considerar dois tipos principais de industrialização em Rio Grande: a industrialização espontânea, marcada por iniciativas individuais e familiares e a industrialização programada, que se enquadra dentro do planejamento governamental, obedecendo a determinação tipo de política para o setor.

Segundo o autor, este último tipo de industrialização reflete a alcançada por Rio Grande dentro de uma política muito ampla de desenvolvimento nacional e estadual e o autor detalha da seguinte forma:

Necessitando equilibrar seu balanço de pagamentos via economia de exportação, o governo federal passou a fomentar a política das grandes safras. O Rio Grande do Sul naturalmente foi um dos principais beneficiados. Potencialmente com grandes possibilidades agrícolas, o

Estado aumentou rapidamente a tonelagem de seus produtos, principalmente a soja, muito valorizada no mercado internacional. A política das grandes safras exigiu investimentos consideráveis em transportes e armazenamentos. Nasceram os corredores de exportação com terminalidade no porto do Rio Grande. Os corredores de exportação envolveram os transportes ferroviário, rodoviário e hidroviário. Conseqüentemente, foi necessária a ampliação do porto novo e a projeção do chamado superporto, com moderna tecnologia em ambos os casos. A infra-estrutura, tanto para o superporto, estritamente, como para o distrito industrial correu por conta do planejamento público.

O distrito industrial foi uma consequência lógica da ampliação da área portuária em Rio Grande. O distrito industrial do Rio Grande foi privilegiado com ampla área na faixa do próprio superporto, ou então chamada zona do retroporto. No distrito industrial rio grandinho interagem interesses públicos e privados, com unidades industriais e de apoio de ambas as dependências jurídico-administrativas(VIEIRA, 1983. p. 152 e 153).

Para Vieira(1983), a nova fase de industrialização do Rio Grande inovou a tecnologia e transformou a fisionomia da cidade, segundo ele:

A industrialização, a urbanização crescente, a elevação do nível de instrução da população e o trabalho feminino são as novas características do Rio Grande após os anos 70. A nova fase industrial do Rio Grande traz um progresso técnico que obrigará a um maior aperfeiçoamento técnico-cultural da população, especialmente da juventude apta ao trabalho. Na seqüência renovam-se e ampliam-se as exigências materiais e espirituais de vida.

A geração de novos empregos e mais do que isso a diversidade de oportunidades de realização profissional devem ser uma preocupação constante das autoridades, no sentido de manter-se o ritmo de crescimento do processo industrial. Garantir-se-á, dessa forma, o progresso equilibrado tanto do ponto de vista econômico como sócia (VIEIRA, 1983. p. 154 e 155).

Até aqui pode-se perceber o grande crescimento econômico que a cidade sofreu até o século XX, acompanhada de problemas de desigualdade social como mostrou o autor.

Para a caracterização do período contemporâneo, foi realizada a análise dos indicadores socioeconômicos do município para os períodos da década de 90 e dos anos de 2000 a 2010, que será apresentada na próxima sessão.

4.2 Indicadores socioeconômicos do município

Apresenta-se neste tópico a evolução dos indicadores socioeconômicos do município do Rio Grande do período da década de 90 e dos anos de 2000 à 2010: população, PIB e PIB *per capita*, IDH Municipal (IDHM), e IDESE.

4.2.1 População

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), do ITEPA (2003-2011), e da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2014) apresentam os números da população do município do Rio Grande para os anos expostos na Tabela 2. Observa-se que de 1991 para 2000, o aumento da população foi de 8,19%, o que representa 14.122 indivíduos, de 2000 para 2010 foi de 5,73%, o que representa 10.684 indivíduos. O crescimento total da população de 1991 para o ano de 2010 foi de 24.806 indivíduos, ou seja, 14,39%.

TABELA 2: População do município do Rio Grande

Ano	População	Taxa anual (%)
1991	172.422	0,82
2000	186.544	0,66
2003	190.269	0,60
2004	191.423	0,56
2005	192.506	0,58
2006	193.624	0,50
2007	194.603	0,45
2008	195.493	0,43
2009	196.330	0,46
2010	197.228	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) / ITEPA (2003-2011) / FEE (2014)

4.2.2 PIB – Produto Interno Bruto e PIB *per capita*

Segundo a FEE (2014), o município do Rio Grande foi o município que apresentou o quarto maior PIB do estado em 2010.

A série abaixo mostra o PIB do município do Rio Grande dos anos de 1999 a 2010, nota-se um crescimento contínuo do PIB no período analisado e também verifica-se que na última década (2000 – 2010) o PIB do município teve um aumento de 320,42%, o que representa um crescimento superior ao crescimento do PIB do estado do Rio Grande do Sul, que no mesmo período teve um aumento de 194,88% passando R\$ 81.815 milhão em 2000 para R\$ 241.256 milhão em 2010, a partir dos dados da FEE (2014).

TABELA 3: PIB do município do Rio Grande de 1999 a 2010

Ano	PIB (R\$)
1999	1.591.785.744,00
2000	1.850.176.852,00
2001	2.183.847.347,00
2002	2.552.033.101,00
2003	2.971.844.185,00
2004	3.288.533.098,00
2005	3.015.264.947,00
2006	3.477.887.723,00
2007	4.442.147.349,00
2008	6.302.581.400,00
2009	6.372.569.126,00
2010	7.778.545.750,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014).

Com relação ao PIB *per capita* do município, observa-se os números apresentados na tabela 4 para o mesmo período analisado. O crescimento do PIB *per capita* acompanha o crescimento do PIB. Em relação à posição, o município de Rio Grande encontra-se, no ano de 2010, em 12º lugar no estado.

TABELA 4: PIB *per capita* do município do Rio Grande de 1999 a 2010

Ano	PIB (R\$)
1999	8.590,41
2000	9.869,87
2001	11.553,52
2002	13.389,47
2003	15.462,65
2004	16.969,65
2005	15.431,87
2006	17.655,86
2007	22.856,31
2008	32.224,76
2009	32.457,30
2010	39.434,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014).

Comparando o aumento do PIB e do PIB *per capita* ao crescimento da população no período de 2000 a 2010 observa-se que o PIB obteve um aumento de 320,42%, o PIB *per capita* obteve um aumento de 299,54%, já o crescimento da população foi de 5,73%.

4.2.3 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

A Tabela a seguir demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano do município do Rio Grande para os anos de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 5: IDHM do município do Rio Grande

	1991	2000	2010
IDHM	0,527	0,652	0,744
IDH-Educação	0,314	0,491	0,637
IDH-Longevidade	0,717	0,804	0,861
IDH-Renda	0,651	0,702	0,752

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

No período apresentado, o crescimento do IDH Municipal do município do Rio Grande foi de 41,17%, passando de 0,527 para 0,744. Segundo a classificação

do PNUD, o município, evolui saindo de um IDHM baixo em 1991, passando por um IDHM médio em 2000 e chegando a um IDHM alto em 2010.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, dos 5.565 municípios *rankiados*, Rio Grande ocupava as seguintes posições: em 1991, 431º lugar; em 2000, 612º lugar e em 2010, 667º lugar; ou seja, embora o índice tenha apresentado uma melhora significativa, a posição do município piorou relativamente, dada a evolução dos demais municípios brasileiros.

Com relação aos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande ocupa a 131ª posição de um total de 496 municípios que estão presentes no *ranking* de 2010, ou seja, aproximadamente um terço do estado possui IDHM superior ao de Rio Grande.

4.2.4 IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

A seguir apresentam-se as Tabelas para o IDESE Geral, assim como para cada um dos blocos temáticos, do município de Rio Grande. Devido à reformulação do cálculo do IDESE, o índice está disponível para consulta somente para os anos: 2007, 2008, 2009 e 2010.

TABELA 6: IDESE Rio Grande e Classificação no RS

Ano	Índice RG	Colocação no RS
2007	0,694	188º
2008	0,708	155º
2009	0,715	172º
2010	0,728	160º

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014).

Com relação ao IDESE Geral, observa-se que o índice tem um pequeno crescimento ao longo dos anos, porém mantendo-se sempre dentro do considerado nível médio de desenvolvimento. O IDESE foi calculado para 496 municípios do estado, com relação à posição que se encontra o Município de Rio Grande, observa-se há uma variação positiva e negativa nos quatro anos apresentados, não sendo constante a melhora da colocação no Município, mesmo com o constante aumento do indicador.

TABELA 7: IDESE - Bloco Educação

Ano	Índice	Colocação no RS
2007	0,642	200 ^o
2008	0,628	214 ^o
2009	0,649	226 ^o
2010	0,653	251 ^o

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014).

O IDESE Educação apresenta índices piores que o IDESE Geral, porém, o Município se mantém entre aqueles de nível de desenvolvimento médio neste indicador. A posição do Município no *ranking* variou de 200^o a 251^o lugar, apresentando apenas piora na colocação ano após ano, mesmo com uma pequena variação positiva do indicador.

TABELA 8: IDESE - Bloco Renda

Ano	Índice	Colocação no RS
2007	0,695	71 ^o
2008	0,747	33 ^o
2009	0,745	37 ^o
2010	0,779	29 ^o

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014).

Com relação ao IDESE Renda, o Município apresenta um nível de desenvolvimento médio, com números superiores ao IDESE Geral, tendo apresentado um crescimento ao longo dos quatro anos calculados. Neste bloco, encontra-se entre as melhores posições do município de todos os blocos do IDESE.

TABELA 9: IDESE - Bloco Saúde

Ano	Índice	Colocação no RS
2007	0,745	461 ^o
2008	0,750	468 ^o
2009	0,752	465 ^o
2010	0,751	475 ^o

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014).

Com relação ao IDESE Saúde se observa um bom índice, sendo considerado de nível de desenvolvimento médio, apresenta indicadores superiores aos do IDESE Geral, porém apresenta as piores colocações de todos os blocos do

IDESE, estando o Município entre as 461^o e 475^o posição no período de 2007 a 2010, considerando um total de 496 municípios.

4.3 Comparativo entre IDH, PIB e PIB *per capita*

As figuras 4, 5 e 6 apresentadas a seguir, têm como objetivo fazer uma comparação entre os 10 municípios do estado do Rio Grande do Sul, do total de 496, que apresentam maiores PIB, PIB *per capita* e IDHM, apresentando também a posição relativa do município do Rio Grande.

Figura 4: Os municípios com os 10 maiores PIB do estado do Rio Grande do Sul em 2010

Os 10 maiores PIB do Estado do Rio Grande do Sul em 2010

	Município	PIB (R\$ mil)	PIB per capita (R\$)	Posição PIB per capita	IDHM	Posição IDHM	IDESE	Posição IDESE
1	Porto Alegre	42.947.485,22	30.460,53	40°	0,805	1°	0,807	11°
2	Canoas	18.017.506,19	55.605,3	6°	0,750	102°	0,737	135°
3	Caxias do Sul	15.395.523,71	35.352,84	21°	0,782	12°	0,788	32°
4	Rio Grande	7.778.545,75	39.434,36	12°	0,744	131°	0,728	160°
5	Gravataí	6.907.152,184	27.006,17	67°	0,736	179°	0,696	256°
6	Triunfo	6.524.311,789	252.772,53	1°	0,733	186°	0,752	98°
7	Novo Hamburgo	5.350.490,071	22.382,21	128°	0,747	112°	0,719	186°
8	Santa Cruz do Sul	4.723.240,292	39.930,34	11°	0,773	26°	0,792	27°
9	Pelotas	4.550.186,84	13.881,92	355°	0,739	159°	0,684	295°
10	Passo Fundo	4.545.062,375	24.585,31	99°	0,776	23°	0,740	130°

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

A figura 4 mostra os dez municípios que apresentaram os maiores PIB do estado do Rio Grande do Sul em 2010. Nota-se que, com relação aos demais indicadores, as posições do PIB praticamente não se repetem, com exceção dos municípios de Canoas e Triunfo, que também ficam entre os dez primeiros em PIB *per capita*, e Porto Alegre (capital do estado), que apresenta também a primeira

posição em IDHM. No que diz respeito ao IDHM as posições desses municípios, com relação aos demais do estado, variam de 1° (Porto Alegre) à 186° (Triunfo), sendo que quatro municípios estão entre os 26 primeiros e os demais seis municípios analisados ficam colocados a partir da 102° posição; Porto Alegre apresenta índice Muito Alto de desenvolvimento e todos os outros nove municípios apresentam índices Alto de desenvolvimento, com relação a este indicador. Com relação ao IDESE, tem-se uma situação semelhante ao IDHM: quatro municípios em melhores posições, sendo neste índice classificados até a 100° posição e os outros seis entre as posições 130° e 295°.

Figura 5: Os municípios com os 10 maiores PIB *per capita* do estado do Rio Grande do Sul em 2010

Os 10 maiores PIB per capita do Estado do Rio Grande do Sul em 2010									
	Município	PIB per capita (R\$)	Posição PIB per capita	PIB (R\$ mil)	Posição no PIB	IDHM	Posição IDMH	IDESE	Posição IDESE
1	Triunfo	252772,53	1°	6524311,789	6°	0,733	186°	0,752	98°
2	Pinhal da Serra	75618,58	2°	161067,571	171°	0,650	460°	0,709	223°
3	Muitos Capões	72338,65	3°	215352,153	138°	0,702	303°	0,71	215°
4	Garruchos	66593,67	4°	215297,322	139°	0,671	407°	0,684	294°
5	Aratiba	58308,45	5°	382969,869	101°	0,772	29°	0,835	2°
6	Canoas	55605,3	6°	18017506,19	2°	0,750	102°	0,737	135°
7	Nova Araçá	43494,3	7°	174107,67	159°	0,785	7°	0,834	3°
8	Nova Bassano	42461,79	8°	375362,216	104°	0,747	112°	0,816	8°
9	Capão Bonito do Sul	41417,08	9°	72604,133	303°	0,637	477°	0,715	199°
10	Fazenda Vilanova	40245,84	10°	148788,862	180°	0,698	321°	0,709	221°
	Rio Grande	39.434,36	12°	7.778.545,75	4°	0,744	131°	0,728	160°

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

A figura 5 mostra os dez municípios que apresentaram os maiores PIB *per capita* do estado do Rio Grande do Sul em 2010. Repete-se aqui a mesma situação da figura anterior, as posições atingidas no PIB *per capita* por estes municípios são muito divergentes com relação aos demais indicadores: PIB, IDHM e IDESE, sendo poucos os que ficam bem classificados em mais de um indicador. Cabe aqui um destaque para as posições do IDHM, que entre esses municípios apresentou

posições piores que os municípios que possuem os maiores PIB; três municípios dos analisados apresentam as últimas posições do estado em IDHM (a partir de 407º lugar), dois municípios ficaram em 303º e 321º, outros três em 102º, 112º e 186º e apenas dois aparecem melhores colocados, Nova Araçá em 7º lugar e Aratiba em 29º. Rio Grande está destacado com posição relativa, pois apresenta o 12º maior PIB *per capita* do estado e está na 131ª posição do IDHM.

Figura 6: Os municípios com os 10 maiores IDHM do estado do Rio Grande do Sul em 2010

Os 10 maiores IDHM do Estado do Rio Grande do Sul em 2010

	Município	IDHM	Posição IDHM	PIB (R\$ mil)	Posição no PIB	PIB per capita (R\$)	Posição PIB per capita	IDESE	Posição IDESE
1	Porto Alegre	0,805	1º	42.947.485,22	1º	30.460,53	40º	0,807	11º
2	Carlos Barbosa	0,796	2º	867.855,982	46º	34.448,3	22º	0,848	1º
3	Ipiranga do Sul	0,791	3º	49.094,271	384º	25.254,25	93º	0,802	14º
4	Três Arroios	0,791	3º	42.243,02	415º	14.796,15	323º	0,795	23º
5	Lagoa dos Três Cantos	0,789	5º	43.047,078	412º	26.938,1	70º	0,834	5º
6	Garibaldi	0,786	6º	1.013.467,79	41º	33.020,58	28º	0,826	4º
7	Casca	0,785	7º	244.460,232	128º	28.267,83	55º	0,785	36º
8	Nova Araçá	0,785	7º	174.107,67	159º	43.494,3	7º	0,834	3º
9	Santa Maria	0,784	9º	4.098.050,87	12º	15.699,72	289º	0,724	174º
10	Ivoti	0,784	9º	448.891,868	88º	22.583,48	125º	0,802	15º
	Rio Grande	0,744	131º	7.778.545,75	4º	39.434,36	12º	0,728	160º

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2014) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

A figura 6 mostra os dez municípios que apresentaram os maiores IDHM do estado do Rio Grande do Sul em 2010. Repete-se aqui situação semelhante às apresentadas nas figuras 4 e 5 no que diz respeito as posições dos municípios nos diferentes indicadores, com algumas considerações importantes a serem feitas: com relação ao IDESE, vários municípios se aproximam em termos de posição, das posições obtidas no IDHM, o que se justifica por esses dois indicadores possuírem objetivos semelhantes embora com metodologias distintas. Com relação ao PIB *per capita*, embora as posições não sejam próximas das 10 primeiras, 7 municípios dos analisados estão entre as 100 primeiras posições do PIB *per capita* do estado do Rio

Grande do Sul. Já no que diz respeito ao PIB, a figura mostra variadas posições, destaca-se os municípios Ipiranga do Sul, Três Arroios e Lagoa dos Três Cantos que possuem ótima colocação no IDHM do estado, porém estão entre os piores lugares em relação ao PIB, estado em 384º, 415º e 412º do total de 496 municípios.

Rio Grande aparece entre os dez primeiros apenas com relação ao PIB, estando em 4º lugar neste indicador; com relação ao PIB *per capita* encontra-se em 12º, no que diz respeito ao IDHM e IDESE encontra-se em 131º e 160º lugar, respectivamente, sendo essas posições com relação ao ano de 2010, considerando o total de 496 municípios.

As figuras apresentadas acima com as comparações entre os dez primeiros colocados no estado do Rio Grande do Sul em PIB, PIB *per capita* e IDHM foram elaboradas com o objetivo de se verificar se as discrepâncias entre esses indicadores eram uma característica específica do município do Rio Grande, porém a partir dessas análises pode-se concluir que não é possível traçar uma relação direta entre esses indicadores e que o município do Rio Grande não é apenas uma exceção.

CONCLUSÃO

Através das pesquisas realizadas a respeito das teorias sobre crescimento e desenvolvimento socioeconômico e sobre os indicadores que tratam sobre as medições para acompanhamento e tomada de decisão a respeito do desenvolvimento, pode-se concluir que há um grande desafio no tema do desenvolvimento humano e social.

A questão da felicidade enquanto medida de bem-estar ou de desenvolvimento, em um conceito mais amplo e abrangente, para as nações é um tema recente que desponta como um sintetizador de aspectos, que envolve não apenas números pontuais e estatísticos, mas também o sentimento e a percepção dos indivíduos com relação a diversos aspectos da vida.

Pode-se concluir, a respeito dos conceitos e indicadores, que muito ainda tem o que se estudar a respeito de desenvolvimento econômico, humano e social numa visão mais ampla e abrangente que vá além das questões e variáveis de crescimento econômico, renda e riqueza.

Dentro desse contexto de críticas e limitações aos indicadores utilizados atualmente, surge o índice de Felicidade Interna Bruta como alternativa para medição do bem-estar e resposta para as lacunas hoje deixadas pelos indicadores já difundidos e utilizados.

Com relação ao município do Rio Grande, conclui-se que o município cresceu em termos de população, PIB e PIB *per capita* no período analisado (1999 a 2010); em análise ao IDESE, o município apresentou evolução do índice (para os anos de 2007 a 2010), porém mantendo-se sempre na faixa considerada de nível de desenvolvimento médio e oscilando em relação à posição do município com relação aos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul. No que se refere ao IDHM, analisado para os anos de 1999, 2000 e 2010, o município apresentou evolução do índice saindo de um IDHM baixo, passando por um IDHM médio e chegando, em 2010 a um IDHM considerado alto, porém decresceu consideravelmente no que se refere a posição do município em relação aos demais municípios do país, saindo de 431º lugar em 1999 para 612º lugar em 2000 e para 667º em 2010.

Ao analisar estes indicadores, suas composições e evoluções, conclui-se que o fator renda tem um peso bastante significativo no crescimento do IDESE e IDHM

do município ao longo do período analisado, e a partir da análise do processo de crescimento do município pode-se atribuir esse crescimento da renda (PIB e PIB *per capita*) à atividade portuária e industrial que o município possui. Pode-se afirmar, portanto, que o município cresce, sem apresentar desenvolvimento consistente. E ainda, que não há a transferência desse crescimento de renda para o desenvolvimento do município.

A partir da pesquisa exploratória dos indicadores do município do Rio Grande, pôde-se concluir que os mesmos não são suficientes para exprimir o desenvolvimento econômico, humano e social, nem tão pouco o bem-estar da população rio-grandina, uma vez que Rio Grande é o 4º município mais rico pela ótica do PIB e o 12º pela ótica do PIB *per capita*, porém encontra-se em posições ruins no que diz respeito ao IDHM e ao IDESE com relação aos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Quando comparou-se os 10 maiores municípios do estado em PIB, PIB *per capita* e IDHM pode-se concluir que esta discrepância entre os indicadores não é uma característica exclusiva do município do Rio Grande e também que não se pode fazer uma relação direta entre os indicadores, portanto o fato de uma localidade ser rica pela ótica do PIB e PIB *per capita* não necessariamente significa que o recurso oriundo desse elevado PIB seja aplicado em fatores que a levem ao pleno desenvolvimento; assim como para que uma localidade seja considerada desenvolvida, a partir dos conceitos dos indicadores IDHM e IDESE, ela não necessariamente necessita estar entre as maiores localidades no que tange ao PIB ou PIB *per capita*, portanto, é necessário que outros fatores devam ser levados em consideração para se mensurar o desenvolvimento como um todo e se criar medidas que levem a ele.

Com relação a aplicação de um índice alternativo, seja ele o FIB na sua estrutura pura ou o Índice de Bem-Estar Brasil, para o município do Rio Grande, conclui-se com este trabalho, que é válido, indicado e necessário realizar o investimento para a concepção metodológica e aplicação do mesmo com a finalidade de mensurar o bem-estar da população rio-grandina, assim como identificar quais os fatores precisam ser melhorados, ou seja quais são as políticas a serem adotadas, sejam elas públicas ou privadas, para se elevar o desenvolvimento e o bem-estar da população do município. Embora não se tenha mensurado aqui

qual seria o investimento necessário em termos de tempo, valores ou pessoas envolvidas para aplicação de qualquer um desses dois índices.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Susan. **Palestra para 5° Conferência Internacional**, 2009. Disponível em
 em
 <<http://www.visaofuturo.org.br/pdf/Palestra%20para%205a%20Confer%C3%AAncia%20Internacional%20-%20Susan%20Andrews.pdf>> Acessado em
 07/11/2015

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **PERFIL MUNICIPAL – RIO GRANDE (RS)**. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acessado em
 12/06/2011 e 18/10/2015

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **INDICADORES SOCIAIS**. Disponível em
 em
 <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=812&cod_menu=811&tipo_menu=INDICADORES&cod_conteudo=1414> Acessado em
 18/10/2015.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **PERFIL SOCIOECONÔMICO. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em:
 <<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Rio+Grande>>. Acessado em 18/05/2015.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **DADOS ABERTOS – NOVO IDESE**. Disponível em <<http://dados.fee.tcche.br>>. Acessado em 15/10/2015.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **SÉRIES HISTÓRICAS** . Disponível em
 <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica>>, Acessado em 15/10/2015.

FEIJÓ, Carmem Aparecida e RAMOS, Roberto Luis Olinto. **CONTABILIDADE SOCIAL**. 3ª EDIÇÃO. ed.Campus. Riode Janeiro. 2007.

FEIJÓ, Ricardo. **DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – MODELO, EVIDENCIAS, OPÇÕES POLÍTICAS E O CASO BRASILEIRO**. Ed. Atlas. São Paulo. 2007.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro. **PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**. ed.Thomson, São Paulo. 2006.

Happy Planet Index. Disponível em <<http://www.happyplanetindex.org/>>. Acessado em 15/10/2015

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> . Acessado em 12/06/2011.

IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em 18/10/2015

DUARTE, Ródidan. **OPINIÃO ECONOMICA**. Revista do Conselho Federal de Economia. N°13. Dezembro de 2013. Páginas 16 a 21.

INSTITUTO VISÃO FUTURO. **HISTORICO DO FIB**. Disponível em <<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Hist%C3%B3rico%20do%20FIB.pdf>>. Acessado em 15/10/2015.

INSTITUTO VISÃO FUTURO. **O QUE É FIB?**. Disponível em <<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/O%20Que%20%C3%A9%20o%20FIB%20-%20pdf.pdf>>. Acessado em 15/10/2015.

IPEA. **BRASIL EM DESENVOLVIMENTO – ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**. 3 VOLUMES. 2009.

ITEPA. **BANCO DE DADOS DA ZONA SUL**. Boletim Informativo nº 16. Editora Educat. Pelotas, 2005.

ITEPA. **BANCO DE DADOS DA ZONA SUL**. Boletim Informativo nº 19. Editora Educat. Pelotas, 2008.

ITEPA. **BANCO DE DADOS DA ZONA SUL**. Boletim Informativo nº 20. Editora Educat. Pelotas, 2009. Disponível em: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/downloads/banco_de_dados_zona_sul.pdf>. Acessado em 03/04/2011.

ITEPA. **BANCO DE DADOS DA ZONA SUL** - Disponível em <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br>>. Acessado em 18/10/2015.

KANG, Thomas H.; BERNADINI, Rafael; WINK JR, Marcos Vinício e AFFELDT, Brenda. **O NOVO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (NOVO IDESE): ASPECTOS METODOLÓGICOS**. FEE, Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125td-127.pdf>>. Acessado em 24/10/2015.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **OPINIÃO ECONOMICA**. Revista do Conselho Federal de Economia. N°13. Dezembro de 2013. Páginas 22 a 25.

PNUD Brasil – **O QUE É DESENVOLVIMENTO HUMANO** – Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acessado em 20/10/2015;

PNUD Brasil – **O QUE É IDH** – Disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acessado em 20/10/2015;

PNUD Brasil – **O QUE É IDHM** – Disponível em
<http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>.
Acessado em 20/10/2015;

PNUD Brasil – **O QUE É O RDH** – Disponível em
<http://www.pnud.org.br/IDH/RDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_RDH>.
Acessado em 20/10/2015;

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **PIB – DO CONCEITO A ESTIMATIVA.** – Disponível em
<<http://www.portal-administracao.com/2013/10/pib-conceito-e-estimativa.html>>. Acessado em 01/11/2015.

SALES, Aline; FERREIRA, Cassiano; VERONEZE, Ricardo; REZENDE, Liviane; COSTA, Américo e SETTE, Ricardo. **FELICIDADE INTERNA BRUTA: UM ESTUDO NA CIDADE DE LAVRAS – MG.** XXXVI EnANPAD. 2012. Disponível em
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1436.pdf>. Acessado em 12/10/2015.

SILVA, Wesley M.; GARCIA, Fábio G.; MOTORYN, Mauro. **SURVEY WELL BEING BRASIL – CIDADE DE SÃO PAULO.** FGV, 2014. Disponível em <
<<http://www.mobilize.org.br/estudos/130/indice-de-bemestar-brasil--sao-paulo-wbb.html>> Acessado em 15/10/2015.

SDSN Brasil. **RELATÓRIO MUNDIAL DA FELICIDADE 2015.** Disponível em
<<http://www.sdsnbrasil.org.br/spip.php?article74>> Acessado em 18/10/2015.

SDSN Brasil. **WORLD HAPPINESS REPORT 2015.** Disponível em
<<http://www.sdsnbrasil.org.br/IMG/pdf/whr15.pdf>>. Acessado em 18/10/2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.** 5ª EDIÇÃO. Ed. Atlas S.A. São Paulo. 2009.

URA, Dasho Karma. **FELICIDADE INTERNA BRUTA.** Disponível em
<<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Felicidade%20Interna%20Bruta%20-%20Dasho%20Karma%20Ura.pdf>>. Acessado em 20/09/2015.

VIEIRA, Euripedes Falcão. **RIO GRANDE – GEOGRAFIA FÍSICA, HUMANA E ECONÔMICA.** 1ª Edição. ed. Sagra. Porto Alegre, 1983.

WELL BEING BRAZIL. **ÍNDICE DE BEM-ESTAR SOCIAL BRASIL.** Disponível em
<<http://www.wbbindex.org>> Acessado em 25/10/2015.